

## CORREIO ECONÔMICO

Divulgação blog Auddas



IPOs de empresas nacionais nos EUA serão graduais

## Morgan Stanley prevê retomada gradual de IPOs

De caráter gradual e realizadas no mercado dos EUA. Assim deverá ser o formato da retomada das primeiras operações de ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) das empresas brasileiras naquele país, provavelmente em 20235 – quebrando um ‘jejum’ de mais de três anos – na previsão do presidente do megabanco ianque Morgan Stanley no Brasil,

Alessandro Zema. Sobre a natureza das ‘candidatas’ ao IPO, o executivo explica que “essas empresas estão preparadas, têm tamanho, são pouquíssimas e estão querendo fazer no exterior para acessar um ‘pool’ de capital maior”, em entrevista à agência de notícias Reuters. O último IPO realizado por uma empresa brasileira foi o do Nubank, em agosto de 2021.

## Mais propenso

Para Zema, “a realidade hoje é de que ocorram ‘deals’ de tamanhos maiores, e as empresas enxergam o mercado dos EUA mais propenso a suportar e precificar melhor essas ofertas, além de oferecer uma liquidez, ante um cenário de queda das taxas de juros locais.

## Indício

Indício positivo de um novo ciclo de ofertas – 46 operações em 2021 – foi o lançamento, essa semana, do IPO do Moove na Bolsa de Valores de Nova York – braço de lubrificantes da Cosan – que tem como acionista a firma europeia de private equity CVC Capital Partners.

Divulgação - Casa da Consultoria



Primeira tranche de tributação terá foco em grandes ‘múltis’

## MP passa a cobrar tributação mínima de 15% sobre ‘múltis’

Iniciativa inédita ao segmento, até então, preservado pelo Fisco, o Executivo publicou, nessa quinta-feira (3), MP (Medida Provisória) que estabelece tributação mínima de 15% sobre o lucro de multinacionais que atuam no país. O mecanismo de cobrança adicional da CSLL consiste em que a taxa mínima

seja atingida, caso o valor devido em um ano fiscal fique aquém desse percentual. A MP – que atende à lei brasileira às Regras Globe pela OCDE e pelo G20 – prevê que a cobrança será aplicada a ‘múltis’ com receitas anuais superiores a 750 euros em dois anos fiscais imediatamente anteriores.

## Aprovação

Apesar de a MP passar a vigorar de imediato, sua continuidade requer aprovação do Congresso Nacional, pois as regras só passarão a ter validade plena, a partir de janeiro de 2025. Caberá à Receita Federal regulamentar a cobrança, mediante a conversão de moedas.

## IVAR

Após o salto de 1,93% exibido em agosto, os aluguéis residenciais tiveram alta mais moderada, de 0,33%, em setembro, revelam dados do Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

## Sem vantagem

Como justificativa, a OCDE entende que grandes multinacionais devem arcar com uma taxa mínima de 15% sobre seus lucros em todas as jurisdições onde operam, o que evita que estas remetam recursos para outros países, onde já dispõem de vantagens tributárias.

## São Paulo

Entre as quatro capitais pesquisadas pelo IVAR, o destaque coube ao recuo de São Paulo, de uma forte alta (2,42%), em agosto, a um recuo de 0,49% em setembro. Mais amena foi a retração do Rio de Janeiro, que baixou de 1,07% para 0,56%, em igual comparativo mensal.

## Orçamento das capitais soma R\$ 324 bilhões

Além do voto em si, o cidadão deve fiscalizar uso do dinheiro público

Por Marcello Sigwalt

De modo geral, relegado a segundo plano nas discussões políticas que precedem o pleito, como desse domingo (6), o orçamento público a ser ‘abocanhado’ pelos administradores municipais (eleitos ou reeleitos), sob supervisão dos respectivos vereadores, é tema de primeira grandeza a ser considerado (e cobrado) pelo cidadão. Basta saber que as 26 capitais brasileiras sujeitas ao crivo eleitoral respondem hoje por um montante orçamentário astronômico de R\$ 324 bilhões,

A cifra portentosa faz parte de levantamento elaborado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que permite observar o grau de concentração de recursos públicos em determinadas regiões, uma vez que, somente a

eleições Divulgação site Fly



Orçamento gigante de capitais não possui fiscalização cidadã

capital paulista deverá deter R\$ 112 bilhões (quase um terço) do total mencionado.

Nesse ranking, depois do Rio de Janeiro, com R\$ 46 bilhões, aparece Brasília, Capital federal, com um orçamento de R\$ 32 bilhões, seguido

por Belo Horizonte, com R\$ 20 bilhões e Fortaleza, com R\$ 13 bilhões.

Apesar de impressionante, tal montanha de dinheiro, sempre é bom lembrar, não está à mercê dos prefeitos eleitos, pois o orçamento mu-

nicipal, como o das demais esferas (estadual e federal) está sujeito ao crivo das câmaras municipais. Isso sem contar com o fato de que tais verbas já viriam ‘carimbadas’ por despesas obrigatórias – como aquelas relativas ao pessoal – o que, naturalmente restringiria seu uso pelas Prefeituras.

## Polo oposto

Em polo diametralmente oposto, aqueles municípios situados em cidades brasileiras na fronteira do país com os vizinhos Paraguai, Venezuela, Bolívia ou Argentina, padecem de desafios sociais e econômicos crônicos, que vão, desde uma evasão escolar acima da média nacional, até a presença de poderosas organizações do crime organizado, quando não tem sua economia baseada no contrabando.

## Recuperação de fronteiras é um desafio

Em consulta a especialistas sobre o tema, a Agência Brasil descobriu que, nestas regiões distantes dos grandes centros urbanos, há falta de projetos para o desenvolvimento econômico local, que acaba se tornando um fator que emperra um combate mais efetivo, tanto ao contrabando, quanto ao crime organizado.

O presidente do Instituto de Desenvolvimento Econô-

mico e Social de Fronteiras (Idesf), Luciano Stremel Barros, atribui o atraso econômico de regiões fronteiriças ao fato de estas terem sido as últimas a receberem investimentos. “Você tem problemas de infraestrutura e de falta de atividades que sejam bastante significativas. Com isso, esses municípios acabam tendo dificuldade de fixar uma mola propulsora do desenvolvimento”, avalia.

Como forma de compensar o ‘esquecimento’ dos municípios fronteiriços, Barros entende que as gestões municipais podem, em parceria com os governos federal e estadual, potencializar o turismo nas fronteiras, que vão desde os Pampas gaúchos, passando pelo Pantanal, até a Amazônia.

“Há um grande potencial turístico nessas áreas que pode ser mais explora-

do, como o turismo de pesca. Esses biomas não estão só no Brasil, eles perpassam pelos outros países”, destaca Barros.

Levando em conta a triste realidade de que o país se tornou ‘rota do tráfico internacional da cocaína e da maconha’ da Bolívia, Peru, Colômbia e Paraguai, o crime organizado se fixa nos municípios de fronteira, a ponto de se infiltrar nas estruturas estatais locais. (M.S.)

Divulgação - Rádio Tropical



Sem gestão de resíduos, não há economia sustentável

## Projetos costumam ‘ignorar’ a gestão de resíduos sólidos

Por Marcello Sigwalt

Igualmente esquecido (e, por vezes, sequer citado) nos projetos de campanha para o pleito municipal realizado nesse domingo (6), a questão da gestão de resíduos é um desafio ainda não assumido, de fato, pelos gestores, cuja concretização permanece sem qualquer previsão.

Prova disso é que, segundo o Sistema Nacional de Informações em Saneamento do Ministério das Cidades, no ano passado, 40% dos resíduos e 15% dos rejeitos produzidos no país não foram reaproveitados ou reciclados, situação que demanda gestão urgente, o que ‘joga pressão’ sobre os 5.569 prefeitos e seus respectivos mandatos, nos próximos quatro anos.

Para o pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Gesmar Santos, os eleitores devem observar com atenção a forma com que

o município trata a questão do saneamento e se esta questão vital de sustentabilidade econômica tem relevância entre as propostas apresentadas pelos candidatos.

Segundo Santos, “o candidato a prefeito tem que lembrar que ele tem mecanismo de busca de recursos para aprimorar a gestão e tem obrigações como a de gerenciar os resíduos sólidos, de fazer a coleta seletiva, fazer a inclusão de catadores e buscar financiamento para os projetos”.

Mesmo que o serviço de limpeza urbana cobre 93% da população brasileira, o destino final dos resíduos permanece uma dívida social altíssima. Pelos cálculos, do presidente da Abrema, Pedro Maranhão, “ainda existem aproximadamente 3 mil lixões no Brasil. É a estimativa que temos entre aterro inadequado, depósito a céu aberto, valas e tudo mais o que consideramos lixões”.

## Limpeza urbana inexistente para mais de 2,7 bilhões

Já o relatório Panorama Global do Manejo de Resíduos 2024 (Global Waste Management Outlook 2024 em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em todo o mundo, o resíduo sólido produzido por 2,7 bilhões de pessoas, sequer é coletado por um serviço de limpeza urbana.

O que poucos chegam a concluir é que a falta de controle abre margem para os resíduos sejam depositados em ecossistemas terrestres, aquáticos e na atmosfera, sob a forma de poluentes, impactando a saúde humana e o planeta por gerações, além de criar as bases para três graves crises globais: a mudança climática: perda de biodiversidade e poluição.

O presidente da Abrema vai mais longe em sua análise, ao afirmar que, do ponto de

vista econômico, quando um município deixa de planejar ou executar um ciclo adequado para resíduos sólidos, este está, efetivamente, está ‘desperdiçando recursos’. “Nós estamos perdendo o equivalente a centenas de barris de petróleo, mas de um petróleo que é de energia renovável. Com essa nova lei que foi aprovada no Congresso, do combustível do futuro, que prevê a substituição do gás fóssil por biometano, para descarbonizar a economia, os aterros sanitários podem virar verdadeiras reservas de energia renovável”, completa.

Parceria da Abrema com o Ministério do Meio Ambiente visa assegurar as metas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), como locais para disposição final de rejeitos, para conversão de lixões por aterros sanitários. (M.S.)

## Juros sobem e cesta básica dispara no país

Pragmático como o mercado, o efeito do aperto monetário aplicado pelo Banco Central (BC) sobre o preço dos alimentos está cada vez mais flagrante.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o custo da cesta básica subiu em dez das 17 capitais pesquisadas em setembro.

Ante a agosto, os maiores aumentos foram verificados em Porto Alegre (2,07%), Florianópolis (1,59%), Rio de Janeiro (1,56%), Vitória (1,56%) e Brasília (1,39%).

No que toca ao custo da cesta, o maior deles foi apresenta-

do por São Paulo, ao atingir R\$ 792,47, seguida por Florianópolis (R\$ 768,33), Rio de Janeiro (R\$ 757,30) e Porto Alegre (R\$ 756,17). (M.S.)

O Dieese estima que o salário mínimo compatível com a necessidade de manter uma família de quatro pessoas, no mês passado, deveria ser R\$ 6,657,55, ou 4,71 vezes maior que o atual mínimo vigente, de R\$ 1.412,00.

Já em agosto, o valor do Dieese era de R\$ 6.606,13. Em relação ao tempo dispendido para sua obtenção, este aumentou de 102 horas e 1 minuto, em agosto, para 102 horas e 14 minutos, em setembro.